

LIÇÕES DA PANDEMIA: TVS EDUCATIVAS COMO POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

[ARTIGO]

Wagner de Alcântara Aragão

Universidade Federal do Paraná

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Educar e comunicar. Dois atos que se entrelaçam, de acordo com os ensinamentos de Paulo Freire. Inspirado nessa concepção, este ensaio discorre sobre a necessidade de elaboração de políticas em comunicação e educação públicas que incorporem emissoras educativas como instrumentos de ensino. Essa necessidade é evidenciada pelas restrições impostas pela pandemia da covid-19, quando tecnologias se fizeram imprescindíveis, mas a exclusão digital mostrou o sistema de radiodifusão aberta como meio de acesso universal.

Palavras-chave: Comunicação. Educação. Emissoras educativas. Paulo Freire. Radiodifusão.

To educate and to communicate. Two acts that intertwine, according to the teachings of Paulo Freire. Inspired by this conception, this essay discusses the need to develop policies in public communication and education that incorporate educational broadcasters as teaching tools. This need is evidenced by the restrictions imposed by the covid-19 pandemic, when technologies became indispensable but digital exclusion showed the open broadcasting system as a means of universal access.

Keywords: Communication. Education. Educational broadcasters. Paulo Freire. Broadcasting.

Educar y comunicar. Dos acciones que se entrelazan según las enseñanzas de Paulo Freire. Inspirado en esta concepción, este ensayo discute la necesidad de desarrollar políticas en comunicación pública y educación que incorporen a las emisoras educativas como herramientas de enseñanza. Esta necesidad es evidenciada por las medidas impuestas por la pandemia del Covid-19, cuando las tecnologías se volvieron indispensables, pero la exclusión digital apuntó el sistema de radiodifusión abierto como un medio de acceso universal.

Palabras clave: Comunicación. Educación. Emisoras educativas. Paulo Freire. Radiodifusión.

Introdução

Quando este ensaio começou a ser concebido, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgava que pelo menos um terço das crianças em idade em escolar em todo o mundo não tinha inserção na educação remota (COVID-19..., 2020) – modalidade que, diante das necessárias medidas de isolamento social que a pandemia da covid-19 impunha (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2020), configurava-se como única forma possível de ensino. As brutais desigualdades no acesso à internet no planeta, responsáveis por esse cenário de exclusão, também faziam parte da realidade brasileira.

Antes da pandemia, o Ipea (INTERNET..., 2019) já alertava que as históricas discrepâncias socioeconômicas e regionais do país se refletiam nos indicadores de conexão à internet. Durante a crise fitossanitária global, o Ipea (PANDEMIA..., 2020) acrescentava que a impossibilidade de se conectar e de contar com instrumentos tecnológicos fundamentais para o ensino remoto não se restringia aos estudantes e suas famílias: havia (há) carência de infraestrutura nas próprias unidades de ensino: 27% das escolas de ensino fundamental e médio (federais, estaduais, municipais e particulares), ou seja, um quarto delas, não contavam com conexão de internet. Assim, os “alunos com menor acesso à internet e a dispositivos [...] são os mais prejudicados” (PANDEMIA..., 2020).

Em setembro de 2020, seis meses após a declaração, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), da pandemia do novo coronavírus, a entidade alertava que

todos os esforços precisavam ser empreendidos pelos países a fim de garantir ensino a crianças e adolescentes, adequando-se às restrições fitossanitárias que se estenderiam, dada a inexistência, na ocasião, de vacina ou medicamentos contra a covid-19. O uso de meios como televisão e rádio foi mencionado como possibilidade viável e eficiente nesse processo de adaptação (OMS..., 2020).

No momento de finalização deste ensaio (dezembro de 2021), a pandemia persistia, embora vacinas já tivessem sido descobertas, e o processo de imunização estivesse em curso. No entanto, conforme noticiado regularmente pela imprensa, o avanço da vacinação reproduzia a lógica das desigualdades. Enquanto nas grandes potências sobravam doses, nos países mais pobres, em especial na África e Ásia, não havia a quantidade necessária (OMS E ONU..., 2021). Somava-se a esse problema a resistência, de parte da população dos Estados Unidos e da Europa, em aderir à vacinação. Uma nova variante do vírus (denominada Ômicron) tornava a causar preocupação. Diante dessa conjuntura, curvas de casos e mortes voltavam a ascender (NUNES, 2021).

Dessa forma, difícil vislumbrar o fim da pandemia em curto prazo. O mundo deverá continuar a conviver com restrições de circulação, de encontros, de eventos – ora mais rígidas, ora mais flexíveis. Portanto, a recomendação das Nações Unidas (OMS..., 2020) quanto ao uso dos sistemas de radiodifusão aberta como instrumentos educacionais, dada a não universalização do acesso à internet, mantém-se válida.

Ademais, independentemente da pandemia, a essencialidade das mídias em

radiodifusão aberta já era valorizada por autores como Wolton (2003), mesmo em cenário de intensa digitalização dos meios e das atividades. Em “Internet, e depois?”, o autor defende que está na televisão o caminho para a superação dos efeitos colaterais da centralidade assumida pela internet à vida em sociedade.

Por isso, se as práticas de ensino demandam meios de comunicação; se, em condições especiais, como a evidenciada pela pandemia, tais meios se tornam imprescindíveis; e ainda, se a radiodifusão aberta, em uma estrutura de exclusão digital, é a tecnologia de alcance universalizado, o desenvolvimento de políticas públicas articuladas entre a Comunicação Social e a Educação não pode ser ignorado. Ao contrário, deve ser prioridade.

Este ensaio, inspirado nas relações interdisciplinares que os pressupostos e conceitos engendrados por Paulo Freire apontam, aborda o potencial das redes de emissoras educativas de rádio e televisão brasileiras, construídas durante mais de seis décadas (DETONI, 2015). Considera-se, aqui, fundamental incluir nas políticas e práticas educacionais do país o uso desse tipo de meio de comunicação de massa.

Empreitadas nesse sentido, embora dependentes da área de Comunicação Social para serem executadas, estão – ou devem estar – ancoradas também na Educação, uma vez que as emissoras de rádio e televisão abertas não se tornam, nessa perspectiva, apenas ferramentas de difusão de conteúdos escolares. A concepção desses conteúdos; a dotação de especificidades técnicas e tecnológicas que assegurem a abrangência de emissoras educativas;

a preparação dos materiais por educadores; o acompanhamento do aprendizado dos estudantes e do envolvimento dos familiares; a formação e atuação dos docentes, tudo se insere (ou precisa estar inserido) em um planejamento cujo protagonismo, enquanto políticas e práticas de ensino, alicerça-se também no campo da Educação.

A capilaridade das emissoras educativas

Conforme estabelece a Constituição brasileira, em capítulo que trata exclusivamente da Comunicação Social (capítulo V, do título VIII, da “Ordem Social”), o sistema de radiodifusão aberta consiste em prestação de serviço público:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: i) preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; ii) promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; iii) regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; iv) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (BRASIL, 1988).

Em seu artigo 223, o texto constitucional fixa que a concessão, permissão ou autorização para exploração dos serviços de radiodifusão aberta deve observar “o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988). Portanto, a utilização do rádio e da televisão

como instrumentos para políticas educacionais está amparada constitucionalmente.

A falta de um marco legal¹ que regule tais dispositivos da Constituição prejudica a aplicabilidade do princípio da complementaridade do sistema (DETONI, 2015; INTERVOZES, 2009), além de dificultar a definição do que seria uma emissora pública e uma estatal:

[...] o predicado público circunscreve tudo o que não faz parte do seu oposto, ou seja, o público seria outro termo para designar tudo o que não é comercial [...] No Brasil, tal entendimento está na base do que se convencionou chamar de “campo público”, incluindo desde emissoras comunitárias até legislativas com base numa identidade não-comercial (INTERVOZES, 2009, p. 33).

Também o conceito de emissora educativa carece, à luz desses autores e de organizações como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), de critérios mais precisos e específicos (PLATAFORMA..., 2011). Em contrapartida, a origem da radiodifusão no Brasil esteve ligada a finalidades educativas, como pontua Detoni (2015): “vozes minoritárias lutaram ao longo de nove décadas [desde a chegada do rádio anos 1920] por transmissões de caráter educativo e cultural” (p.108). A pesquisadora pontua momentos em que tanto o rádio como a televisão foram objeto

de experiências atreladas a práticas educacionais – em certas ocasiões, integrantes de medidas localizadas ou esporádicas; em outras, mais estratégicas.

Além disso, a partir dos anos 1960, instrumentos como decretos e portarias em âmbito federal foram estabelecendo a produção de conteúdos didáticos, lúdicos e educacionais como finalidade inerente a emissoras educativas; no final dos anos 1990, isso foi flexibilizado:

Em 1967, o Decreto-lei nº 236 criou os instrumentos jurídicos e institucionais para a implantação das TVs educativas no país, e os governos estaduais [e universidades] começaram a inaugurar suas emissoras. Em 1975, o governo federal criou sua própria emissora, a TVE [...] Em 1999, o governo Fernando Henrique Cardoso, por meio de Portaria Interministerial nº 651 do MEC e do Ministério das Comunicações, liberou as emissoras educativas das amarras didáticas estabelecidas pela legislação dos militares (DETONI, 2015, p. 112, 115).

De qualquer forma, nesses quase seis decênios, um leque considerável de emissoras educativas foi se formando. Desde rádios e televisões universitárias àquelas mantidas por administrações estaduais, passando por canais de instituições do terceiro setor, o número de emissoras desse perfil chegou a somar 176 (AFFINI; MOURA; BURINI, 2011), e foi constituída a entidade da classe – a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec). As cinco regiões geográficas do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) são abrangidas por estações de rádio e/ou de televisão de caráter educativo.

1 Um marco legal para a radiodifusão é pleiteada há décadas por diversos setores da sociedade, e esteve entre os objetivos da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecon), realizada em dezembro de 2009, em Brasília, e da qual o autor deste estudo participou como um dos delegados do estado do Paraná.

Algumas surgiram exatamente no período da pandemia da covid-19, para viabilizar que os conteúdos escolares chegassem aos estudantes durante os momentos em que medidas restritivas necessárias levaram ao fechamento total ou parcial dos estabelecimentos de ensino. Caso da TV Paraíba Educa, colocada no ar em junho de 2020 pela Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba (SECRETARIA..., 2020); da TV Educação Caminho para o Saber, do Maranhão, inaugurada em março de 2021 (JÁ ESTÁ..., 2021); e da Educa SC, que estreou em agosto de 2021 (CANAL..., 2021).

Para este ensaio, foi feito um levantamento de emissoras educativas de rádio e televisão em sites dos governos estaduais de todo o país, a fim de ter uma dimensão do tamanho da rede já constituída. Optou-se por focar nas emissoras mantidas por governos dos estados (Quadro 1), por ser essa instância de administração pública a responsável, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por “elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios” (BRASIL, 1996).

[Quadro 1]
Emissoras educativas estaduais

Acre TV Aldeia
Alagoas Educativa TV (Instituto Zumbi dos Palmares – Sistema de Comunicação Pública de Alagoas)
Amazonas Fundação Rádio e Televisão Encontro das Águas
Bahia TVE Bahia (Instituto de Rádio e Difusão Educativa da Bahia)
Ceará TV Ceará (Fundação de Teleducção do Ceará)
Espírito Santo Rádio e Televisão Educativa do Espírito Santo
Maranhão TV Educação
Mato Grosso do Sul TVE Cultura
Minas Gerais Rede Minas
Pará Rede Cultura do Pará
Paraíba TV Paraíba Educa
Paraná Rádio e Televisão Paraná Educativa
Pernambuco TV Pernambuco (Empresa Pernambuco de Comunicação)

[Quadro 1] Continuação

Piauí Fundação Antares (rádio e televisão)
Rio Grande do Sul TVE RS
Santa Catarina Educa SC
São Paulo Rádio e Televisão Cultura (Fundação Padre Anchieta)
Sergipe Aperipê (rádio e televisão)
Tocantins TVE Tocantins e 96FM

Fonte: elaborado pelo autor

A essas, somam-se, como já pontuado, emissoras de universidades públicas e ainda de fundações e organizações do terceiro setor em geral. Ou seja, a infraestrutura comunicacional disponível para ser articulada é ainda maior do que a percebida pelo levantamento disposto no Quadro 1.

A imbricação possível entre meios de comunicação e práticas de ensino é sinalizada por pesquisadores em educomunicação, tais como Ismar de Oliveira Soares, Claudemir Edson Viana, Jurema Brasil Xavier e Grácia Lopes Lima, que dão referências nesse sentido. Lima (2009) defende, por exemplo, parcerias que escolas e organizações da sociedade civil (voltadas a práticas educativas) poderiam realizar com mídias comunitárias, como potencial de

fazer circular entre a comunidade as mensagens produzidas por seus próprios moradores. Seguramente, esta é uma maneira de evidenciar, de um lado, o potencial educativo dos meios e de otimizar a capacidade comunicativa das instituições voltadas para a educação, de outro. Tais acordos podem traduzir

em ações concretas os objetivos da educomunicação como uma proposta de efetiva intervenção social (LIMA, 2009, p. 33).

Aprendemos com Paulo Freire que a educação – em especial, a educação pública – deve atuar como promotora da emancipação da pessoa humana. Em *Extensão ou Comunicação?*, Freire (2013) defende que o ato de se comunicar é primordial na relação educador e educando, nesse processo de construção de conhecimento emancipatório. Ato, contudo, que não deve cair na “tendência do extensionismo”, isto é, não pode incorrer

facilmente no uso de técnicas de propaganda, de persuasão, no vasto setor que vem sendo chamado de “meios de comunicação de massa” [...], através de cujas técnicas as massas são conduzidas e manipuladas, e, por isto mesmo, não se encontram comprometidas num processo educativo libertador (FREIRE, 2013, p. 72).

Logo, ao mesmo tempo que defendemos o uso de emissoras educativas em políticas e práticas educacionais, ressalvamos

que não se trata da mera incorporação dessas ferramentas como meios de difusão. A perspectiva é a da apropriação dos meios também como práticas de ensino.

Políticas públicas em convergência

Diante do exposto até aqui, é evidente que, do ponto de vista do campo da Educação, a apropriação da radiodifusão aberta para políticas e práticas de ensino vai além do uso dessas mídias como meios transmissores. Da mesma forma, da perspectiva da Comunicação, o fomento esperado não deve se limitar à abertura de canais ou à manutenção dos já existentes.

Os pressupostos freirianos sobre o comunicar-se (FREIRE, 2013) e, ainda, a “pedagogia da autonomia” (FREIRE, 1996), em convergência com os ideais defendidos por Anísio Teixeira (1969) – por exemplo, a escola pública como o caminho para a integração social –, oferecem norte para a concepção de políticas públicas educacionais que lancem mão de emissoras educativas como promotoras de conhecimento, não apenas como ferramenta difusora. Aliás, pautando-se nos pensamentos de Paulo Freire (1996; 2013) e Anísio Teixeira (1969) entende-se aqui que tais emissoras devam ser, inclusive, públicas ou estatais, indo ao encontro da complementaridade do sistema de radiodifusão aberta prevista pela Constituição do Brasil.

Assim, este ensaio propõe, como primeiro passo nesse trabalho de integração

entre Comunicação Social e Educação na definição de políticas públicas em convergência, um levantamento de estado da arte e uma revisão de literatura bibliográfica.

Reflexões e entendimentos aprofundados acerca da concepção de educação dos já mencionados Paulo Freire e Anísio Teixeira; e ainda, das experiências em educação registradas pelos também já citados Ismar de Oliveira Soares, Claudemir Edson Viana, Jurema Brasil Xavier e Grácia Lopes Lima dariam o embasamento científico, empírico e filosófico.

No campo da Comunicação, convém revisitar estudos de pesquisadores em comunicação pública tais como Laurindo Leal Filho e Venício A. de Lima, além dos trabalhos dos já mencionados Márcia Detoni (2015) e Intervozes (2009). Em especial, os que dizem respeito à definição de emissora educativa; ao papel constitucional do sistema de radiodifusão aberta, função essa que abarca práticas educativas, culturais e afins; e à defesa e à luta por um marco regulatório para o setor.

Estudos de casos que buscam investigar experiências empreendidas e nelas identificar modelos exitosos ou aprendizados para correções também podem trazer contribuições decisivas. Como assinala Yin (2015), o estudo de caso se apresenta “como estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos” (p. 33), eficaz quando se tem o objetivo de analisar ocorrências empíricas.

Por exemplo, algo semelhante ao elaborado por Canziani (2010), em “TV

Paulo Freire: uma experiência de televisão educativa no Estado do Paraná”, mostra-se fundamental para averiguar a viabilidade de projetos que busquem uma interface efetiva entre práticas de ensino e o uso de meios em radiodifusão aberta. O estudo de caso constatou elementos nesse sentido, como a articulação desse projetos com outras emissoras ligadas a instituições de ensino (como TV UFPR, TV PUC-PR), ao terceiro setor (Sesc TV) e à organização não governamental Ciranda (Central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência). Ou seja, a já mencionada convergência entre escola e outras organizações da sociedade (LIMA, 2009).

A TV Paulo Freire tinha sido criada em 2006, alcançando 2,1 mil escolas estaduais do Paraná, envolvendo uma população escolar de 1,5 milhão de pessoas². O estudo observou ainda que a incorporação da emissora nas práticas de ensino não se resumiu à apropriação de meio para difusão de conteúdos, senão um instrumento utilizado pela própria comunidade para a produção de conhecimento:

[...] ponto fundamental que se destaca é o interesse em divulgar a diversidade regional do Paraná, abordando a cultura regional que não é tão divulgada na televisão aberta e que deixa de ser valorizada por alunos e docentes que compõem a comunidade acadêmica desse sistema de ensino. Uma opção adotada pela Paulo Freire é a co-produção da programação por estudantes e docentes, uma vez que

alia uma tendência educacional de valorização dos saberes populares e escolares (CANZIANI, 2010, p. 540).

Também este autor, signatário deste ensaio, iniciou estudos relacionados à atuação de emissoras educativas. Em “Rádio e Televisão Paraná Educativa: de clube de radioamadorismo às potencialidades digitais inexploradas” (ALCÂNTARA ARAGÃO; DEL VECCHIO-LIMA, 2021), o vai e vem administrativo e editorial da organização comunicacional estatal paranaense é apontado como consequência da falta de um marco regulatório para o setor da radiodifusão aberta e como responsável pela inexistência de narrativas transmídia e outras práticas que pudessem servir ao propósito comunicacional de caráter educativo:

Vimos que a instituição, da sua origem como clube de radioamadorismo, depois estação de rádio escolar, até os tempos atuais, transitou por uma série de setores da estrutura organizacional do Poder Executivo estadual. Conforme o projeto político-administrativo de cada governo, alternou entre protagonista ou mera coadjuvante enquanto meio de comunicação pública. [...] apesar da palavra “Educativa” no nome da emissora, e da atribuição regimental em produzir conteúdos de cunho educacional, cultural e artístico, estes não se fazem frequentes (ALCÂNTARA ARAGÃO; DEL VECCHIO-LIMA, 2021, p. 12)

Ainda segundo tal trabalho, em outros tempos a organização investiu em práticas educacionais, dispondo, assim, de expertise técnica e profissional acumulada. São mencionadas também, como amostras de estruturas já existentes, as atuações de emissoras

2 A partir de 2011, gradativamente o projeto da TV Paulo Freire deixou de receber investimentos. Quando da conclusão deste ensaio (dezembro de 2021), a emissora não se encontrava em atividade.

educativas como a Rede Minas, o Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia e a Rádio e TV Cultura de São Paulo.

Considerações finais

Neste ensaio, ressalta-se a imprescindibilidade de se estabelecer políticas públicas que integrem Comunicação e Educação (ou vice-versa) e que essas políticas se apropriem dos meios de comunicação de massa, em particular de canais de radiodifusão aberta, aqueles que, em cenário de exclusão digital, se configuram como de acesso universal.

Sublinha-se também que passos importantes foram dados historicamente, visto que o país dispõe de redes minimamente estruturadas de emissoras educativas, e que experiências exitosas chegaram a reverberar. Alguns estudos de casos confirmam esse diagnóstico. O da TV Paulo Freire talvez seja o mais emblemático, fazendo jus ao nome do canal.

Considera-se, por fim, que é fundamental expandir estudos acadêmicos e científicos sobre o sistema de radiodifusão aberta de caráter educativo e suas relações (ou ausência delas) com práticas de ensino concretas como forma de contribuir para a promoção e o fomento de políticas públicas imbricadas entre Comunicação e Educação. Além disso, é imprescindível ter no norte, e incluir nas investigações, a necessidade de um marco regulatório para o sistema de radiodifusão aberta no Brasil. ■

[WAGNER DE ALCÂNTARA ARAGÃO]

Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de Comunicação e Arte na rede estadual de ensino profissional do Paraná. Integra o Click – Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cultura (UFPR).
E-mail: waasantista@protonmail.com

Referências

AFFINI, Letícia Passos; BURINI, Débora; MOURA, Jefferson José Ribeiro de. O papel das emissoras educativas no Brasil em tempo de eleições. **Revista Ecomm**, Lorena, v. 2, n. 3, p. 41-51, 2011.

ALCÂNTARA ARAGÃO, Wagner de; DEL VECCHIO-LIMA, Myrian Regina. Rádio e Televisão Paraná Educativa: de clube de radioamadorismo às potencialidades digitais inexploradas. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 13., 2021, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3L5wrIb>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2B7YqIU>. Acesso: 25 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3Nd8mRz>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CANAL de aulas na TV aberta de Santa Catarina, Educa SC estreia nesta segunda; confira a programação. **Governo de Santa Catarina**, Florianópolis, 15 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/357GPA2>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CANZIANI, Tatiana de Medeiros. TV Paulo Freire: uma experiência de televisão educativa no Estado do Paraná. **Extraprensa**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 537-546, 2010.

COVID-19: Pelo menos um terço das crianças em idade escolar não consegue acessar o ensino a distância durante o fechamento das escolas, diz novo relatório do Unicef. **Unicef**, São Paulo, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://uni.cf/3Nh4zCK>. Acesso em: 16 nov. 2021.

DETONI, Márcia. **Mídia pública na sociedade da informação**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INTERNET no Brasil reproduz desigualdades do mundo real. **Ipea**, Brasília, DF, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Nc4W1s>. Acesso em: 16 nov. 2021.

INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus: Intervozes, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3wt05Df>. Acesso: 16 nov. 2021.

JÁ ESTÁ no ar a TV Educação – caminho para o saber. **Secretaria da Educação**, Maranhão, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3umyl0v>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LIMA, Grácia Lopes. **Educação pelos meios de comunicação**: produção coletiva de comunicação na perspectiva da Educomunicação. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTINS, Jonatas. Quarta onda? Entenda por que Europa volta a ser ameaçada pela Covid. **Metrópoles**, Brasília, DF, 7 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3uFuXhx>. Acesso em: 15 nov. 2021.

NUNES, Bethânia. OMS batiza nova cepa da África de Ômicron: “Variante de preocupação”. **Metrópoles**, Brasília, DF, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3L8ekS5>. Acesso em: 23 mar. 2022.

OMS E ONU alertam para desigualdade na distribuição de vacinas. **Correio Brasiliense**, Brasília, DF, 7 out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3wpk7P3>. Acesso em: 15 nov. 2021.

OMS. **Consideraciones para las medidas de salud pública relativas a las escuelas en el contexto de la COVID-19**. [S.l.]: Unicef: OMS, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tUwErY>. Acesso em: 31 mar. 2022.

OMS: mais pesquisas são necessárias para analisar efeitos da covid-19 em crianças. **ONU**, Brasília, DF, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3D5hyD2>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PANDEMIA amplia desigualdade no sistema educacional, diz estudo do Ipea. **Ipea**, Brasília, DF, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3562HvC>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PLATAFORMA para um novo marco regulatório das comunicações no Brasil. **Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**, Brasília, DF, 18 out. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3tv8KDc>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SECRETARIA de Educação lança TV Paraíba Educa com programação para estudantes em canais legislativos. **Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia**, João Pessoa, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NhvmPC>. Acesso em: 10 dez. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.